

## ***Infâncias para além da escola na América Latina: como vê-las?***

**Autores: Monique Aparecida Voltarelli y Cristiano Rogério Alcântara (org)**

**Editorial: Phorte Editora (São Paulo)**

**Año de publicación: 2023**

**Número de páginas: 344**

**ISBN: 978-65-88868-32-4**

Gabriela Trevisan<sup>1</sup>  
ProChild CoLAB ✉

<https://dx.doi.org/10.5209/soci.95578>

Os 14 textos incluídos no livro constituem um esforço intencional de ampliação dos quadros de análise da infância em diferentes países ibero-americanos, como movimento contra-hegemónico face às produções maioritariamente europeias e norte-americanas, como explicitado no prefácio por Manuel Sarmiento. Os capítulos inscrevem-se nos contextos de produção de um pensamento próprio sobre a infância, atendendo às dimensões complexas em que os quadros teóricos se formulam. As temáticas são diversas e apelam a diferentes exercícios mantendo, no entanto, a premissa de identificação de particularidades específicas das infâncias latinas. Também aqui, os diferentes textos autores e autoras procuram identificar similaridades e especificidades das infâncias e das vidas das crianças em diferentes países da América Latina, ainda que abordando temáticas distintas. As propostas tanto enunciam o modo como as crianças são afetadas por fenómenos globais, estruturais, e de que modo as desigualdades macro e micro estruturais da infância e das vidas das crianças se agravaram e/ou desocultaram com a emergência da pandemia, como explora Lourdes Gaitán. Reflete-se ainda sobre a fragilidade do Estado Social em latitudes específicas e distintas como a América Latina e os efeitos diretos nas crianças, e a necessidade de podermos falar nelas no presente. A autora traz ainda uma importante discussão, para a análise da infância contemporânea, centrada na renovação do contrato social que passe a incluir as crianças enquanto premissa de uma justiça geracional que as considere enquanto cidadãos plenas. O texto de Laura Frasco Zuker, Florencia Paz Landeira e Valeria Llobet, com foco particular na Argentina, destaca os diálogos entre as intervenções públicas, os estudos sociais da infância e perspetivas feministas sobre o cuidado, refletindo sobre as práticas regulatórias sobre a infância a partir de diferentes trabalhos produzidos na América Latina. Discute-se então sobre a construção de ideias de cuidado como objeto de regulamentação política não esquecendo as complexas dimensões de intergeracionalidade e reciprocidade, onde o contexto assume uma relevância particular. É discutido o cuidado infantil como um vetor de desigualdade, sobretudo considerando a sua organização social e política e enquanto tarefa coletiva e institucional, e não individual e privada. María Victoria Alzate Piedrahita e Miguel Ángel Gómez Mendoza, defendem que a infância colombiana deverá ser discutida no contexto intercultural onde se insere, problematizando o estatuto da infância a partir da diversidade de representações sociais construídas sobre ela. Analisando sobretudo a imagem das crianças produzidas na imprensa, os autores questionam o lugar das crianças, particularmente nas relações de poder adultocêntricas e de dependência das crianças face aos adultos. O texto produzido por Iskra Pavez-Soto e Daniela Poblete-Godoy questiona as barreiras no acesso de um número crescente de crianças migrantes aos sistemas de saúde no Chile, assumindo a sua dupla condição: de criança e de migrante. A partir de um trabalho qualitativo com crianças migrantes foi possível perceber que as crianças desconhecem como aceder a cuidados de saúde, são capazes de identificar diferentes barreiras, implicando a necessidade de mudança das políticas públicas face às populações migrantes. O texto seguinte, de Vanessa Rojas Arangoitia, analisa as diferentes

1 O trabalho desenvolvido pelo ProChild CoLAB foi apoiado por fundos nacionais através de: (i) FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P. – e NORTE-06-3559-FSE-000044, integrado no convite NORTE-59-2018-41, visando a contratação de Recursos Humanos Altamente Qualificados, cofinanciado pelo Programa Operacional Regional Programa Norte 2020, área temática de Competitividade e Emprego, através do Fundo Social Europeu (FSE) e (ii) Programa Missão Interface, do Plano de Recuperação e Resiliência, aviso n.º 01/C05-i02/2022, aprovado pela ANI – Agência Nacional de Inovação, S.A.;

estratégias de cuidado das crianças, no Peru, com enfoque em famílias em situações de maior vulnerabilidade. Partindo das entrevistas realizadas num estudo longitudinal, é possível verificar uma ausência de estruturas e políticas de apoio a estas famílias; uma forte presença das redes familiares no cuidado às crianças; e que o cuidado é sobretudo assegurado pelas mulheres, também aqui as irmãs mais velhas, tornando necessária a criação de políticas públicas e comunitárias que reduzam essa desigualdade. Sarah Gallo, Joanna Dreby e Florencia Silveira e Mario A. Martínez-García, analisam as experiências das crianças nascidas nos EUA e o seu regresso ao México, para lá do espaço escolar. Na pesquisa etnográfica foi possível perceber alterações como um tempo maior em família, uma maior responsabilização das crianças nas tarefas domésticas, sobretudo das meninas, e a participação formal no aumento do rendimento das famílias; uma maior liberdade no espaço público, reveladora de uma redefinição da vida infantil no processo migratório Norte-Sul. A realidade jurídica das crianças e adolescentes migrantes é analisada por Claudia P. Sanabria Moudelle e Isaac Ravetllat Ballesté, num triplo grau de vulnerabilidade: como criança, como migrante e com estatuto migratório irregular, no caso chileno, o que limita o seu acesso a direitos fundamentais. A partir dos diferentes cenários colocados a menores desacompanhados ou separados, os autores questionam as práticas em curso apelando reformulações legais e de prática que permitam colocar os direitos das desacompanhadas ou separadas no Chile no centro da atuação. Um olhar focado na realidade brasileira é trazido no texto de Carolina Terra e Irene Rizzini com as crianças pequenas como sujeito de direitos no centro da análise. As autoras percorrem as evoluções conceituais e legislativas que permitem priorizar a primeira infância, também nas produções académicas crescentes neste âmbito. As autoras analisam ainda os diferentes marcos legislativos da primeira infância no Brasil, questionando o lugar da primeira infância na agenda pública e os desafios em que essas políticas esbarram. A participação das crianças a partir da Sociologia da Infância é trazida por Monique Aparecida Voltarelli e Maria Letícia Barros Pedroso Nascimento assumindo as crianças como atores sociais competentes com opiniões próprias que devem ser escutadas enquanto condição da sua cidadania. A partir de uma revisão das visões normativas da condição da infância questiona-se a invisibilidade persistente das crianças, demonstrando de que modo elas são capazes exercer ação política e cidadã, como no caso das manifestações recentes no Chile sobre a qualidade do sistema educativo ou no Brasil, explicitando as visões políticas das crianças. Ainda na realidade brasileira, Rita Marchi retoma a discussão das crianças “de rua” a partir dos estudos sociais da infância e do conceito de “não criança” a partir de uma lógica de “radicalização da infância”. A autora propõe ainda a discussão dos modelos universalizados de infância, em particular os ocidentais, para adiantar a de uma “conceção multicultural dos direitos da criança” que seja capaz de questionar a conceção normativa ocidental. Paula Pimentel Tumolo, Gabriela Fernandes Castro, Luana Papelbaum Micmacher, Natália Belarmino de Souza e Lucia Rabello de Castro e Túlio Ferreira Fialho apresentam um texto centrado nas visões das crianças e adolescentes sobre o espaço escolar no período de pandemia, partindo das diferentes estratégias mobilizadas pelas instituições escolares. Essas experiências foram recolhidas a partir de entrevistas onde foi possível perceber o lugar que o coletivo da escola ocupa no seu quotidiano, apesar as tensões que é possível também aí identificar. Crianças e adolescentes apontam o vazio deixado no período de fecho das escolas e a importância das rotinas escolares até aí vistas como mais pesadas. Fernanda Müller, Cristian Dutra e Mayume Melo Kanegae trazem também experiências de crianças, desta feita vividas numa escola rural, mobilizando diferentes instrumentos de pesquisa que permitiram explicitar os modos como as crianças se relacionam com os seus pares, e entre adultos. A partir da pesquisa, as autoras identificam diferentes aspetos relevantes, como a mobilidade das crianças enquanto momento de socialização privilegiado e formas positivas de sociabilidade promovidas pelo contexto escolar. O penúltimo texto proposto na obra, de Etienne Baldez Louzada Barbosa e Franciele Ferreira França, aborda os diferentes modos de participação das crianças a partir dos espaços religiosos, identificando as representações de infância e educação aí visíveis. Tentando ultrapassar a escassez de pesquisas neste domínio, as autoras oferecem perspectivas interessantes para a compreensão da criança enquanto protagonista também nas práticas religiosas, bem como para a consideração da criança como produtora de cultura em contexto religioso que reformulam a sua relação com a religião que praticam. Finalmente, o livro encerra com o capítulo de Gabriela Thomazinho e Gabriela Lotta observando os processos de categorização da infância, incluindo as crianças pequenas, sobretudo de diferentes classes de profissionais com poder discricionário sobre a vida das pessoas. O modo como os processos de categorização é feito tem diferentes implicações, que as autoras discutem a partir de uma análise aprofundada de documentos legislativos e diretrizes respeitantes à Educação Infantil no Brasil e à formação de professores. Uma das mais evidentes é a manutenção de processos estigmatizantes sobre determinadas categorias de crianças ou ao género, presentes desde os primeiros anos da Educação Infantil, com consequências objetivas no cumprimento dos seus direitos.

O livro aqui apresentado oferece uma leitura ampla e diversa das realidades das infâncias e das crianças de diferentes países da América Latina em contraponto com produções mais normativas e difundidas sobre a mesma. É interessante, por isso, a leitura destas realidades não apenas à luz dos quadros teóricos mais tradicionais, mas também de autores capazes de aprofundar essa compreensão a partir das especificidades que cada contexto produz. A sua leitura percorre diferentes âmbitos, realidades e vivências, convocando reflexões teóricas e/ou trabalhos empíricos que enriquecem a compreensão das infâncias desse continente.